

N. F. Nº - 298945.0019/21-7
NOTIFICADO - PRODULABOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP
NOTIFICANTES - SÉRGIO MARCOS DE ARAÚJO CARVALHO e
JOSERITA MARIA SOUSA BELITARDO DE CARVALHO
ORIGEM - DAT METRO-INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 18.02.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0030-06/22NF-VD

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. USO INDEVIDO. Documentos anexados pelo Contribuinte elidem a acusação fiscal. Comprovada a devolução das aquisições interestaduais de mercadorias, as quais foram objeto da autuação. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 31/03/2021, exige do Notificado ICMS no valor de R\$1.077,20, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 01.02.05: utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por antecipação tributária nos exercícios de 2016 e 2017.

Enquadramento Legal: art. 9º e art. 29, §4º, inciso II da Lei 7.014/96 c/c art. 290 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso VII da alínea “a” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 20/29), alegando que a Notificação Fiscal é improcedente, pelo fato da mercadoria adquirida ter sido objeto de devolução, conforme documento fiscal de devolução total, emitido no mesmo período fiscalizado.

Na Informação Fiscal (fl. 31), o Notificante afirma que o presente lançamento cobra multa em razão do uso indevido de crédito fiscal, eis que oriundo de operações sujeitas à antecipação tributária no exercício de 2016. Para, em seguida, a reproduzir o conteúdo da Impugnação e afirmar que a defesa não traz qualquer elemento que comprove a não utilização do crédito fiscal indevido.

Finaliza a informação, mantendo integralmente o lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$1.077,20 e é composta de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata do uso indevido de crédito fiscal de ICMS, referente a mercadoria adquirida com pagamento de imposto por antecipação tributária nos exercícios de 2016 e 2017. O

produto comprado é “MAGNEVISTAN 10 x 15 ML”, um meio de contraste, sujeito ao regime da antecipação tributária, conforme anexo I do RICMS/12.

Na presente Notificação, foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranho aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Considero que o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento.

Em síntese, o sujeito passivo afirma que a Notificação Fiscal é improcedente, pelo fato da mercadoria adquirida ter sido objeto de devolução, conforme documento fiscal de devolução total, emitido no mesmo período fiscalizado.

Em suma, na Informação Fiscal, o Notificante afirma que o presente lançamento cobra multa em razão do uso indevido de crédito fiscal, eis que oriundo de operações sujeitas à antecipação tributária no exercício de 2016. Prossegue afirmando que a defesa não traz qualquer elemento que comprove a não utilização do crédito fiscal indevido.

Finaliza a informação, mantendo integralmente o lançamento.

Inicialmente faz-se necessário alguns reparos, em relação a informações contidas no processo, a seguir expostos: 1) No campo “DESCRIÇÃO DOS FATOS”, assim como no que codifica a infração, ambos na fl. 01, existe a menção de que a utilização indevida de crédito fiscal se refere aos exercícios de 2016 e 2017. Todavia, a exigência concerne apenas ao período de 2016, tendo como data de ocorrência 30/04/2016, conforme fls. 01, 03, 11 e 13; 2) Na Informação Fiscal prestada (fl. 31) um dos Notificantes cita que o lançamento em apreço cobra tão somente multa, em razão de uso indevido de crédito. Contudo, de acordo com o demonstrativo de débito constante na fl. 01, está sendo exigido imposto e multa.

Registro que o art. 451 do RICMS-BA/12 estabelece um dos procedimentos a serem adotados, quando da ocorrência de devolução de mercadorias, conforme transcrito a seguir.

“Art. 451. Na devolução de mercadorias, o contribuinte inscrito no cadastro emitirá nota fiscal com destaque do imposto, se for o caso, mencionando o motivo da devolução, o número, a série e a data do documento fiscal originário, e ainda o valor total ou o relativo à parte devolvida, sobre o qual será calculado o imposto, tomando por base de cálculo e alíquota as mesmas consignadas no documento originário.”

Compulsando os demais documentos constantes dos autos, observo que a mercadoria adquirida (contraste), no Estado de São Paulo, fornecida pela empresa BAYER S/A, CNPJ nº 18.459.628/0001-15, foi acobertada, durante o trânsito para o Estado da Bahia, pelo DANFE nº 626.993, emitido em **05/04/2016** (fl. 24). Noto, também, que a mesma foi integralmente devolvida, no mesmo período de apuração, através do DANFE nº 7.380, cuja emissão ocorreu em **15/04/2016** (fl. 26), seguindo os procedimentos estabelecidos no artigo supracitado. Cabendo ressaltar que, no campo “Informações Complementares” da Nota Fiscal de devolução, existe a menção dos dados concernentes à Nota Fiscal de aquisição. Pelo que entendo improceder a exigência contida no lançamento ora em lide.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **298945.0019/21-7**, lavrada contra **PRODULABOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – EPP**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de fevereiro de 2022

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - PRESIDENTE/ JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR